



Secretaria de
Serviços Públicos

Memorando Nº. 065/2024/SEINFRA

Ao Exmo. Senhor

Givanildo Medeiros do Nascimento
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Município de Camaragibe

Assunto.: Memorando nº. 156/2024-CPL

Referência.: Parecer Licitatório nº. 053/2024/PROGEM

Objeto.: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza urbana e destino de resíduos no Município de Camaragibe/PE.

Exmo. Senhor,

Cumprimentando-os cordialmente, em atenção ao **MEMORANDO nº. 156/2024/CPL**, de autoria do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, senhor Givanildo Medeiros do Nascimento, que encaminha o PARECER LICITATÓRIO Nº. 053/2024/PROGEM que **CONDICIONA A POSSIBILIDADE JURÍDICA** de prosseguimento ao processo licitatório em referência, cujo objeto **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E DESTINO DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE/PE”**, mas impossibilidade a continuidade ao procedimento licitatório termo diante da ausência de atendimento de instrução processual mínima, especificamente pontuando:

a) Retifique-se a referência disposta no Anexo II da Minuta do Edital – Planilhas, às fls. 534 – 537, uma vez que a mesma sinaliza que tais planilhas encontram-se disponíveis em processo diverso (Processo Administrativo nº. 173/2023);

✓ De competência da Comissão Permanente de Licitação.

b) Em se tratando da Minuta do Contrato, no que tange ao critério pelo qual correrá a despesa, deverá ser devidamente disposto na cláusula segunda da minuta do contrato em comento, a existência de dotação orçamentária para satisfazer as despesas decorrentes da contratação;

✓ Quanto a inclusão na Minuta do Contrato de Cláusula que trata quanto a previsão de indicação da dotação orçamentária para satisfazer as despesas decorrentes da contratação, ressaltamos que tal previsão já



Secretaria de
Serviços Públicos

consta da Minuta do Contrato especificamente na Cláusula Quarta.

c) No que tange as garantias contratuais, dispostas na cláusula nona da Minuta do Contrato, deverá a mesma ser estipulada em 5% (cinco por cento), conforme disposto na Cláusula 20 da Minuta do Edital de Licitação;

✓ Não há divergências nas informações da exigência da Garantia Contratual.

d) Uma vez que se acostou aos autos tão somente Aviso de Movimento – Bloqueio de Despesas, às fls. 373, no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões), e tendo em vista o valor estimado da contratação pretendida é de R\$ 37.941.779,56 (trinta e sete milhões, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), deverá ser devidamente complementado a reserva orçamentária a fim de totalizar o valor estimado para contratação, para posterior emissão de empenho, no valor suficiente para satisfazer a contratação ora pretendida, uma vez que faz-se necessário que sejam apresentados formalmente recursos suficientes para a contratação pretendida, em que seja disposto explicitamente o valor disponível para a contratação;

✓ Com relação à demonstração da existência de recursos orçamentários suficientes para satisfazer a contratação em tela, entendemos que este requisito está absolutamente suprido através da Nota de Bloqueio de Despesas nº. 97103 (anexa), que tem valor líquido de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e está em perfeita consonância com o CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE DESEMBOLSO MÁXIMO encaminhado junto com as peças técnicas, tendo em vista que os prazos para abertura do certame, a contratação e o efetivo início da execução dos serviços. Diante disso, mesmo estando o processo licitatório estimado em **R\$ 37.941.779,56 (trinta e sete milhões, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)**, com prazo de execução de 12 (doze) meses, os recursos necessários para a execução contratual de 2024 já estão comprovados através da referida nota de bloqueio orçamentário. O saldo encontra-se aprisionado no contrato atual em execução e assim que o processo licitatório for finalizado e formalizado o Instrumento Contratual, será



Secretaria de
Serviços Públicos

solicitado a liberação do saldo e emitido empenho no valor global da nova contratação.

e) Apesar de constar nos autos o Projeto Básico, às fls. 02 – 276, observa-se a aposição de assinatura parcial do responsável técnico pela produção das Planilhas/Projetos Orçamentárias, por Clayton Rezende – Engenheiro Sanitarista. Deste modo, deverá proceder com a aposição de assinatura com a devida identificação em todos os projetos apresentados, especialmente nos constantes às fls. 212 - 276;

✓ Conforme se pode perceber, os documentos constantes das fls. 212 a 276, retornam assinados pelo responsável técnico.

f) Não obstante, é sabido que o Cronograma Físico-Financeiro é obrigatório em qualquer tipo de obra e serviço de engenharia, conforme disposto no supramencionado art. 7º e 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, com ele é possível visualizar os prazos de execução das etapas do projeto e os seus respectivos desembolsos financeiros. Sendo assim, deverá ser devidamente acostado aos autos o Cronograma Físico-Financeiro;

✓ Estamos encaminhando anexo a este Memorando o Cronograma Físico-Financeiro.

g) No tocante aos orçamentos, é fundamental que conste a indicação da utilização das tabelas oficiais para composição de custos de cada um dos itens da licitação, atentando-se ainda aos seguintes pontos:

✓ Salientamos que foram utilizadas tabelas de referências oficiais para elaboração do orçamento em questão, amplamente utilizadas pelos órgãos da Administração Pública e aceitas pelos órgãos de controle, além de serem mais adequadas para este tipo de contratação. Além do mais, consta das planilhas de preços as referências das tabelas utilizadas, conforme demonstramos com alguns exemplos abaixo:



Secretaria de Serviços Públicos

3.4	EMLURB/2018 01.06.200	[SERVICO DIURNO] MOTONIVELADORA POT. 140 HP - COM MAO DE OBRA DO OPERADOR E COMBUSTIVEL. (SERVICO DIURNO)	H/MÉS	30,00	125,00	162,14	4.864,20
4.0		SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E MONITORAMENTO					5.322,74
4.1	EMLURB/2018 02.01.200	Serviço topográfico de pequeno porte (preço mínimo), diária de uma equipe com topógrafo, quatro auxiliares, teodolito, nível ótico.	diária/mês	2,00	1.360,27	1.764,42	3.528,84
4.2		Monitoramento - Análise química de chorume (3 amostras/amostragem)	un./mês	0,33	4.149,00	5.381,71	1.793,90
5.0		SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS					152.024,36
5.1	SINAPI - OUT/2022 97933	CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 959,45 0,6X1,0X1,0 M. AF. 12/2020	und./ano	4,00	922,89	1.197,09	4.788,36
5.2	COMPOSIÇÃO CANAL 1	Construção de canal triangular em concreto (Tipo 1) - Concreto estrutural fck 11, lançado sobre o	m/ano	300,00	23,70	30,74	9.222,00
5.3	COMPOSIÇÃO CANAL 2	Construção de canal triangular em bica corrida (Tipo 2)	m/ano	150,00	55,61	72,13	10.819,50
5.4	SINAPI - OUT/2022 92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA	m/ano	150,00	162,05	210,20	31.530,00
5.5	SINAPI - OUT/2022 99241	POÇO DE VISITA CIRCULAR PARA ESGOTO, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,0 M, PROFUNDIDADE DE 1,50 A 2,00 M, INCLUINDO TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO DE 60 CM. AF. 04/2018	und./ano	2,00	1.622,26	2.104,25	4.208,50
5.6	COMPOSIÇÃO RENO	GABIAO TIPO COLCHAO RENO/MANTA H = 0,23M - MALHA HEXAG 6X8 REVESTIMENTO ZN/AL C/ PVC FIO 2,0MM C/ DIFRAGMA A CADA METRO E	m2/ano	200,00	352,54	457,28	91.456,00

Página 1 / 20

- i. Para serviços para os quais não há referência de preços oficial, deve ser juntada de declaração, atestada pelo setor técnico ou autoridade competente, indicando precisamente os itens que foram objeto de pesquisa de mercado, a metodologia de cálculo utilizada e o atesto de que se basearam nas cotações mercadológicas devidamente acostadas aos autos;

✓ Informamos que foram utilizadas tabelas de referências oficiais (SINAPI/EMLURB) para elaboração das composições do orçamento em questão, tabela amplamente utilizada pelos órgãos da Administração Pública e aceitas pelos Órgãos de controle.

- ii. Sempre que não houver sido utilizada tabela de referência oficial ou quando esta não contemplar todos os itens orçados, mostra-se necessária a juntada de Declaração do setor técnico ou da autoridade competente atestando a compatibilidade dos preços previstos na planilha orçamentária com os praticados no mercado;

✓ Informamos que foram utilizadas tabelas de referências oficiais (SINAPI/EMLURB) para elaboração das composições do orçamento em questão, tabela amplamente utilizada pelos órgãos da Administração Pública e aceitas pelos Órgãos de controle.

- iii. No que toca aos itens “administração local” – deve haver a apresentação de composição detalhada de preços, conforme entendimento do TCU, esposado no AC nº. 2.622-2013, assim como, se daria em face de itens como “canteiro de



Secretaria de
Serviços Públicos

obras” e mobilização e desmobilização” se estes fossem previstos como custo no serviço licitado;

- ✓ Quanto aos itens da Administração Local, esclarecemos que consta no orçamento básico em epígrafe as memórias de cálculos definindo as referências dos valores dos referidos itens nas tabelas da SINAPI e EMLURB.

iv. Apresentação de justificativa técnica em face do(s) item(ns) que não for(am) obtido(s) a partir de uma das referidas tabelas, nos termos dos arts. 5º a 8º do Decreto Federal nº. 7.983/2013, como em face das composições de alguns pontos das planilhas orçamentárias apresentadas;

- ✓ Informamos que foram utilizadas tabelas de referências para elaboração dos itens de composições do orçamento em questão, tabela amplamente utilizada pelos órgãos da Administração Pública e aceitas pelos órgãos de controle, além de serem mais adequadas.

h) Seja devidamente atestado que o valor para a contratação ora pretendida está compatível com o mercado;

- ✓ Todo orçamento e projetos foi elaborado pela empresa especializada e contratada, conforme consta da ART, constante dos autos.

i) No que tange ao reajuste, deve ser uniformizado se seu termo inicial para o cômputo da anualidade (se será a data da proposta ou data elaboração do orçamento), visto que o item 11 (DO REAJUSTE DO PREÇO) no Projeto Básico consta no item I como sendo a data de superior a 12 (doze) meses da elaboração do orçamento e no item II como sendo a data de aniversário da proposta (apresentação do orçamento elaborado à Administração), previsões estas repetidas na Cláusula Sexta da Minuta de Contratos. Sendo assim, tendo em vista serem datas distintas, deverá a secretaria demandante indicar de forma compreensível qual a referência base para o reajuste;

- ✓ A equação econômico-financeira do contrato abrange todos os aspectos econômicos ligados às prestações das partes, compreendendo o montante devido ao particular, o prazo e a periodicidade dos



pagamentos, os encargos e todos os fatores que possam influenciar o custo e o resultado da contratação. A conservação do equilíbrio é regra basilar constitucionalmente garantida às partes contratantes por meio do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, ao resguardar a integridade do equilíbrio inicial, assegurando a manutenção das condições efetivas da proposta.

- ✓ A contratação em tela define a repactuação como uma espécie de reajuste contratual utilizada por se tratar de uma contratação de serviço continuado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o qual foi estabelecido a possibilidade de manutenção do equilíbrio econômico financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada ao acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada (elaboração do orçamento), para os custos de mão de obra.
- ✓ No processo de contratação em referência considera também o reajustamento em sentido, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que consiste na aplicação do índice de correção monetária nele previsto, e que deve retratar a variação efetiva do custo de produção. A legislação que rege a matéria designa expressamente que a Administração deve tratar sobre o reajustamento dos preços no edital e no contrato, inclusive, considerando a possibilidade de reajustamento dos preços em contratos com duração inferior a 12 meses, com data-base vinculada à data da apresentação da proposta, podendo ainda valer-se de mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

j) Por fim, é indispensável que seja formulada a respectiva justificativa para a previsão da exigência de qualificação técnico-profissional no Edital e termo de Referência, para que se demonstre sua adequação a eventual nível de complexidade dos serviços;

- ✓ Inicialmente ressaltamos que a Lei de Licitações no seu art. 30, II, autoriza a administração pública a exigir a comprovação da capacidade técnico-operacional das empresas licitantes, através de atestados que demonstrem as suas aptidões para o desempenho de atividades compatíveis com as quantidades e características do objeto a ser



Secretaria de
Serviços Públicos

contratado.

Em relação ao tema o TCU sumulou seu entendimento jurisprudencial, através da Súmula nº. 263, que estabelece: “para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Em relação ao percentual máximo tolerado pelo TCU, destacamos o julgado abaixo:

ACÓRDÃO Nº 3104/2013 – TCU – Plenário

(...)

9.2.1. constitui irregularidade a inobservância, na tomada de decisões, em especial, na área de licitações, dos entendimentos firmados no âmbito do Tribunal de Contas da União, conforme enunciado nº 222 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.2.2. constitui irregularidade a exigência, em edital de procedimento licitatório, de comprovação de capacidade técnico-operacional em percentual mínimo superior a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93; DOU 28/11/2013

No caso em comento destacamos a tabela de exigência de capacidade



Secretaria de
Serviços Públicos

técnico-operacional constante do Edital de Concorrência Nº.
002/2024:

ITEM	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL.:	QUANTIDADE
1	VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS PAVIMENTADAS.:	17.077,47 Km/ano
2	COLETA DOMICILIAR.:	20.978,78 t/ano
3	COLETA MANUAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS.:	2.959,98 t/ano
4	COLETA MECANIZADA DE RESÍDUOS VOLUMOSOS.:	11.839,91 t/ano
5	TRANSPORTE DE RESÍDUOS ATÉ O DESTINO FINAL (DISTÂNCIA MÍNIMA DE 47,10 KM E QUANTIDADE.:	20.978,78 t/ano
6	SERVIÇOS DE REMEDIAÇÃO DE ATERRO.	
6.1	EXECUÇÃO DE DRENO DE CHORUME – TIPO I	75 m/ano
6.2	EXECUÇÃO DE DRENO DE CHORUME – TIPO II	100 m/ano
6.3	EXECUÇÃO DE DRENO DE GÁS.	50 m/ano

No que se refere à exigência de comprovação de execução acima
colecionada, verifica-se que a exigência está de acordo com o que
dispõe a legislação e jurisprudência do TCU anteriormente citada.

No mesmo sentido posicionou-se o STJ:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE
ENGENHARIA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXPERIÊNCIA PRÉVIA NO
DESEMPENHO DE ATIVIDADES SIMILARES OU CONGÊNERES.
AMPARO NO ART. 30, II, DA LEI 8.666/93. PRECEDENTE. AUSÊNCIA DE
DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. Cuida-se de recurso ordinário em mandado
de segurança no qual o licitante postula que a cláusula de exigência de
experiência prévia em determinado serviço de engenharia ensejaria violação
à competitividade do certame. 2. Não há falar em violação, uma vez que a
exigência do edital encontra amparo legal no art. 30, II, da Lei n. 8.666/93,
bem como se apresenta razoável e proporcional, já que se trata de
experiência relacionada a rodovias, limitada à metade do volume
licitado. 3. "Não fere a igualdade entre os licitantes, tampouco a ampla
competitividade entre eles, o condicionamento editalício referente à
experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto lícitado, a
pretexto de demonstração de qualificação técnica, nos termos do art.
30, inciso II, da Lei n. 8.666/93" (REsp 1.257.886/PE, Rel. Ministro Mauro
Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11.11.2011). Recurso ordinário
improvido.



Secretaria de
Serviços Públicos

(STJ - RMS: 39883 MT 2012/0262776-0, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/12/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/02/2014)

Portanto, diante de tudo que foi exposto, resta cristalinamente demonstrado que a exigência de comprovação de qualificação técnica previstos no Edital da Concorrência Pública Nº. 002/2024 está de acordo com a legislação e jurisprudência dos nossos tribunais.

Por fim, considerando os atendimentos ao Parecer Jurídico que analisou o processo licitatório em referência, solicito e **AUTORIZO** a continuidade dos procedimentos necessários para publicação do Edital em referência.

Camaragibe/PE, 07 de março de 2024.

Diego da Rocha Cabral
Secretário Municipal de Serviços Públicos.